

Juízos explícitos e norma linguística nos gramáticos portugueses quinhentistas

Maria Helena Paiva
Universidade do Porto

Haverá, nesta comunicação, duas coordenadas: uma tem carácter metodológico e, visando os objectivos da pesquisa, equaciona os problemas directamente relacionados com a constituição da norma, fundamenta as opções realizadas e ilustra o seu alcance e os seus limites por recurso a exemplos precisos. A outra explora uma parte dos dados obtidos, pondo em destaque alguns juízos conclusivos.

No plano metodológico, as premissas mais fortemente condicionantes de todas as opções foram as que passo a referir, do modo mais sintético possível:

1º - Nenhuma língua é uniforme e a variação é-lhe inerente.

2º - A mudança linguística passa pelo jogo entre variantes concorrentes; daí que rejeitar a variação seja eliminar uma componente essencial para a compreensão da mudança.

3º - Há factores intralinguísticos, estruturais e funcionais, que se projectam na concepção de que na sincronia se combinam estabilidade e movimento; por outras palavras, todas as sincronias são dinâmicas, variando contudo os ritmos de mudança.

4º - A língua não existe independentemente do para que e do como da sua existência; ela é constantemente plasmada pelos usos que são eles próprios o reflexo do real histórico e social, variável ao longo do tempo; como disse Fernão d'Oliveira em 1536: as línguas “sempre se conformão cõ os conceitos ou entenderes, juyzos & tratos dos homens”¹.

¹ *Gramatica da lingoagem portuguesa*. Lisboa, 1536, p. 50, 4-5. A menos que o facto seja explicitado, todas as citações dos “gramáticos” são feitas a partir de Paiva, M. H. P. N., 2002, vol.

5º - Na língua projectam-se os comportamentos sociais de que ela é o instrumento. Por isso, a hierarquização de variantes, ou seja, o facto de a algumas se associarem juízos que tendencialmente ou de facto são juízos de valor, constitui um facto decisivo para a constituição de um padrão unificador.

Seleccionar estes princípios equivale a reconhecer o peso decisivo que tiveram nas minhas concepções linguísticas, na minha pesquisa e na docência de *História da Língua Portuguesa*, duas obras: a primeira, de André Martinet, *Économie des Changements Phonétiques* (1955), em que “pela primeira vez o estruturalismo ortodoxamente sincrónico é articulado com a evolução, construindo-se uma pesquisa que se caracteriza pela coerência e pela coesão entre as diversas premissas da teoria e pela confirmação empírica desta, colhida em evoluções históricas concretas.”² A segunda, de William Labov, pelas consequências profundamente inovadoras da observação directa de mudanças fonéticas em curso, a que se ajusta ou que desencadeia a concepção manifestada desde os primeiros inquéritos em Martha’s Vineyard, e testada e desenvolvida nas pesquisas sobre o inglês de Nova Iorque e o de Filadélfia, de que “the linguistic behavior of individuals can only be understood through a knowledge of the communities of which they are members.”³ A concepção da actividade linguística como comportamento social que condiciona a integração num grupo ou num sub-grupo, os diversos graus de consciência da variação e da mudança, o papel dos juízos de avaliação subjectiva no que concerne à expansão e recessão de usos – estes aspectos constituem alguns dos pontos fulcrais das pesquisas de Labov, e conferem-lhe um lugar imprescindível numa interrogação sobre a constituição do padrão linguístico e sobre as relações entre este e os juízos metalinguísticos que os gramáticos explicitam.

Se, em consonância com os princípios que comecei por formular, se pretende criar as condições para que seja possível delinear o panorama movente de um período, é necessário que esse período seja relativamente extenso de modo a acusar o carácter gradual da mudança; é necessário também que os inventários sejam suficientemente amplos para poderem ser considerados representativos; por outras palavras, é necessário eleger um *corpus* que possa

II, *Pré-edições*, onde é conservada a referenciação das edições príncipes; e dizemos a partir de, porque nas actuais citações, adaptámos os critérios gráficos aí aplicados ao código geral disponível em computador, motivo por que o til é anteposto à letra que representa a vogal, quando o seu uso é indispensável (assim, *h~ua, alg~ua, m~i* OGR 71 7).

² Paiva, M.H.P.N., 2002, Vol. I, *Objecto e Método*, p.10.

³ Labov, W., 2001, p. 222.

ser esclarecedor relativamente a esta problemática e é necessário submetê-lo a tratamento informático, uma vez que a delimitação da variação e da mudança só são possíveis, mediante a determinação simultânea do que é fixo e estável.

Não constituindo um fim em si, mas um meio, o tratamento informático tem de ser adequado aos objectivos da pesquisa; quando tal não acontece, ou é abandonado, ou são adoptados processos que compatibilizam o instrumento com os fins em vista. Nascido recentemente e, como produto histórico que é, reflectindo o lugar e o tempo em que nasceu, quando comecei a trabalhar neste assunto, em 1980, o computador não se encontrava adaptado às necessidades de representação gráfica do português e muito menos do português quinhentista: nem maiúsculas, nem <ç>, nem acentos, nem til, nem alógrafos posicionais; os teclados tinham então sotaque inglês e foi necessário criar códigos que, por recurso aos símbolos disponíveis nessa altura, como os algarismos e sinais de utilização matemática, retivessem as particularidades gráficas consideradas pertinentes; estas versões foram facilmente convertidas nos sinais gráficos correntes, quando estes surgiram. Um segundo feixe de obstáculos resulta de os programas correntes assentarem na estandardização das formas, o que permite a adopção, em larga medida, de critérios de previsibilidade e consequente lematização automática de formas; ora, desde a primeira fase da investigação constatou-se que muito do que tradicionalmente era considerado irrelevante, tinha a sua razão de ser e devia ser mantido: por exemplo, as grafias em que se projectam as mentalidades e o debate renascentista, a separação ou reunião de segmentos gráficos, em parte dependente de factores semânticos⁴; ao mesmo tempo, ia-se adensando a consciência da necessidade de reter a variação, e foram-se depreendendo algumas relações entre variação e mudança; isto exigiu que estas dificuldades fossem identificadas desde a fase inicial, e se previsse desde então o modo como seriam superadas, o que tornou necessária a produção de programas informáticos específicos, que devo ao Centro de Cálculo da Faculdade de Engenharia do Porto.

O tratamento informático foi exaustivo para Fernão d'Oliveira (1536) e João de Barros (1539-40) e realizado por amostra aleatória ampla (um quarto de cada texto) para P. Magalhães de Gândavo (1574) e D. Nunes de Leão (1576 e 1606), num total de 65 766 ocorrências, das quais 73,1 % na primeira sincronia

⁴ Foi a adopção de um critério maximamente fiel à materialidade do texto impresso que me permitiu tratar de questões como a "Variação e evolução da palavra gráfica": Paiva, M.H.P.N., 2002, IV, *Conclusões*, pp. 2-21.

e 26,8 % na segunda (Ver Anexo 1). Visou-se produzir um *Índice de Vocábulos* que viria a apresentar, organizadas e quantificadas, as ocorrências do *corpus* e de que se dá uma amostra no Anexo 6.

Nesse *corpus* é necessário distinguir diversos estratos, que veiculam diferentes tipos de informação: o estrato que apresenta maior extensão é aquele em que a língua é usada como instrumento de comunicação, para falar de realidades muito variadas, incluindo a própria língua; assim, quando Fernão d'Oliveira escreve: "O Estado da fortuna pode cõceder ou tirar favor aos estudos liberais" (GR. 7 16-17). Ou ainda: "E é manifesto que as linguas Grega & Latina primeiro forão grosseiras: & os homens as poserão na perfeição que agora tem" (GR 7 32 – 8 2).

Mesmo quando as exigências específicas do discurso gramatical complementam o uso de meios comuns de expressão com a nomenclatura própria da actividade metalinguística, estes termos inserem-se neste estrato mais geral: assim, no passo seguinte, Barros usa o termo "conjunção", que faz parte da terminologia gramatical, mas nada mais distingue todos os restantes elementos da frase: "SE ouvessemos de tratár de quantas espécies hy á de conjunçám, seria curiosidade enojosa aos ouvintes" (BGR 33R 20-21). Nestes casos, a simples indicação do número de ocorrências é elucidativa. Este estrato funciona como amostra representativa do português culto entre 1536 e 1606; a organização sistematizada da massa linguística dos textos, perspectivados enquanto testemunhos da língua coeva, facilitando a consulta, possibilita quer o exame global, quer a observação comparativa com outros testemunhos linguísticos.

Há contudo uma dimensão inerente ao discurso gramatical perceptível quando (e cito apenas os dois primeiros gramáticos) Fernão d'Oliveira diz: "Gramatica é arte que ensina a bem ler e falar" (GR 11 12), no que é corroborado por João de Barros, para quem Gramática "é h~u módo certo e justo de falár, & escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos" (GR 2R 8-10).

Não é provável que, ao produzir o texto, mesmo relativamente a este estrato, o autor se esqueça de que a sua autoridade enquanto gramático ou ortógrafo depende em parte de assumir ele próprio um "modo certo e justo de [...] escrever"; a expectativa dos receptores do texto é com certeza a de que este se encontre em coerência com os propósitos que a definição de "gramática" contém, ou seja, que ele constitua um modelo de boa linguagem. Nesta medida, o dizer de que resulta este estrato do texto é já também um fazer, "performativo implícito" segundo a designação de Austin⁵, que o define como o conjunto do que é

⁵ Austin, J., (1962), 1970, p. 57 e sgs.

tacitamente aceite. Só que, nos anos 1536-1540, a questão não pode pôr-se como nos nossos dias, em que o próprio conceito de língua oficial coincide com o de norma, enquanto variedade linguística prestigiada e prestigiante, de contornos nitidamente delimitados, com zonas de flutuação escassas e geralmente apenas toleradas, variedade esta a que se ajustam os atributos de unidade e fixidez que Saussure incluía no seu conceito de “língua”, por oposição à “fala”.

A comparação entre os desempenhos linguísticos de Fernão d’Oliveira e de João de Barros apresenta, como seria de esperar, uma vasta área de identidades; mas surpreende a amplitude das diferenças. Parcialmente explicadas pelo conceito de “tempo aparente” desenvolvido por Labov, visto que, sendo 11 anos mais velho que Fernão d’Oliveira, João de Barros transmitiria uma imagem mais antiga da língua? A hipótese deverá manter-se, mas são várias as razões por que não creio que chegue a ser realmente produtiva. Embora só o exame sistemático dos idiolectos de Oliveira e de Barros permita depreender coordenadas dominantes na divergência de usos, é possível afirmar que, excepto relativamente à variação que se situa no âmbito da relatinização, e que é muito mais ampla do que pode parecer à primeira vista, são quase sempre as variantes usadas por Oliveira, não as usadas por Barros, aquelas que prevaleceram e que por isso se encontram no português padrão contemporâneo. Isto quer dizer que, embora seja previsível que cada um adopte usos tidos por bons ou neutros, a língua, enquanto ponto de partida, apresenta zonas de flutuação ou de permissividade; por outro lado, se o texto, enquanto emanação da autoridade do gramático, funciona como prova de legitimidade, o efeito de unificação de usos é apenas relativo.

Designo por isso de norma latente a variedade linguística tal como que se reflecte neste estrato dos textos e para a constituição da qual eles próprios contribuem, na medida em que desencadeiam processos de imitação não necessariamente conscientes ou pelo menos não plenamente conscientes.

Mas, se o peso deste estrato textual na constituição da norma é justamente um dos aspectos que se trata de avaliar, ele dispensa a crítica do testemunho, enquanto espécime da língua coeva; o seu valor de verdade só pode ser diminuído no percurso que medeia entre o manuscrito de Autor e a obra saída da casa de imprensa. A este título, ele é um elemento de comparação plenamente válido para a reconstituição do todo que é a língua portuguesa da época, o que tem como consequência, no plano da estatística, que o número de ocorrências de determinada forma, a presença ou ausência de uma variante em determinado autor falem por si, sem que seja útil qualquer outra informação, para além da localização das ocorrências no contexto próximo e na parte da obra.

Em relação ainda à diversidade de informação veiculada pelos diferentes estratos do discurso gramatical, referirei rapidamente, porque isso é indispensável para a compreensão do que vai seguir-se, que distingi diversos “modos de ocorrência metalinguística”, assinalados por convenções que marcam as respectivas ocorrências no *Índice de Vocábulos*, e que foram reunidas no Anexo 2.

Destes tipos de ocorrência, os que mais de perto se relacionam com a crítica do testemunho e com a norma linguística são:

MT5 - a referência autonímica ou seja, os elementos que são objecto de descrição ou análise, e que se caracterizam, no plano semântico, por serem “signos de signos” e no plano sintáctico, por se inserirem no contexto como substantivos, sejam quais forem as classes de vocábulos a que pertencem, enquanto elementos da língua⁶: Ex.: “eu”, neste contexto: “Esta parte, eu, se chama, Pronome” (BGR. 15r 13-14).

MT1 - a exemplificação que cria o contexto da forma descrita: assim, depois de Á ter sido descrito como “artículo” que se “ajunta” a “alguns nomes femininos”, a forma é inserida na frase: “Á vossa geração se deve esta honra.” GRE 25 9-10)

MT4 - as formas ou sequências apresentadas na sua relação formal com aquelas que são objecto de descrição, excluindo-se do conteúdo de *formal* os planos da sintaxe e do estilo; o esquema comporta formas ou sequências irreais, como “amaloíamos por amariamamos o” (OGR 63 19)

MT6 - a inserção em paradigma: assim, as 6 ocorrências de rainha, no singular da “Primeira declinaçám” do nome: “Nominativo – a rainha, Genitivo – da rainha” etc – BGR 13r 7- 11).

As ocorrências deste tipo integram-se no discurso gramatical propriamente dito e como tal, distinguem-se das ocorrências do estrato de base (que considerei situados no plano da norma latente), porque, no plano da selecção, decorrem de operações que, exercendo-se no eixo paradigmático, as extraem de conjuntos cujo princípio agregador é um aspecto isolado pela análise do todo que é a língua. Por isso, elas constituem, a par de um *subcorpus* de frequência relativo ao estrato de base, um *subcorpus* de disponibilidade, motivo por que o número destas ocorrências deve distinguir-se do número das ocorrências não metalinguísticas, só ele elucidativo da frequência das palavras do léxico e da gramática.

⁶ Rey-Debove, J., 1978: “Le signe autonyme, quel que soit son signifiant, est un nom”(p. 64); “signe de signe” (p. 36, etc), [il est] “un signe du métalangage désignant (signifiant) le signe du langage qui est son homonyme, et qui a une partie de son signifié en commun.” (p. 132).

Ao mesmo tempo, o todo de que são extraídas constitui uma variedade de língua que o gramático ou o ortógrafo considera digna não apenas de ser estudada mas de ser aprendida, visto que um propósito pedagógico é quase constante nas obras constitutivas do *corpus*⁷.

Da imagem veiculada por estes estratos metalinguísticos em sentido estrito emana, em grau variável, o que designo de norma patente de grau 1.

Os juízos explícitos, embora de carácter metalinguístico, constituem um estrato específico: eles verbalizam caracterizações estabelecidas pelos gramáticos, transmitem a determinado elemento linguístico um atributo, que a maior parte das vezes se prende à esfera dos conteúdos deónticos de ‘dever’ (Cf. Campos, 1998, p. 158 e sgs), ou à dos “valores [...] possibilidade, permissão” de ‘poder’ (Idem, 273 e sgs); estão-lhes subjacentes valores conotativos: as formas que os suscitam evocam circunstâncias particulares de uso. Estes juízos (agrupados no Anexo 3) foram retidos por duas ordens de razões.

A primeira ordem de razões pertence ao âmbito do necessário: a simples quantificação da variação, a observação do número de ocorrências das variantes e a relação destas com a mudança conduziria a interpretações erróneas se não fossem retidos os juízos que o gramático emite no contexto próximo.

Justifico a afirmação anterior com a exposição de duas situações-tipo.

Ao português actual *até*, corresponderam, no português anterior ao período em estudo, *ata*, *atá*, *atas*, *ataes*, *até*, *atees*, *at~ees*, *té*. Esse amplo leque de variantes restringe-se a duas no *corpus*: *té* e *até*, como pode constatar-se no Anexo 5, que consiste numa montagem realizada a partir do *Índice de Vocábulos*: aí encontram-se reunidas todas as ocorrências: as que figuram sob o lema *até* e as que fazem parte de lexias complexas integradas sob outros lemas.

Constata-se um total de 33 ocorrências, assim distribuídas: 12 ocorrências de *té*, 21 ocorrências de *até*; na segunda sincronia, Leão usa sempre e unicamente *até*, como hoje; na primeira sincronia, Oliveira usa *até* (8 ocorrências), com uma única excepção (1 ocorr. de *té*) em contraste com Barros, em que o panorama se inverte: Barros usa *té* (11 ocorrências), também com uma única excepção (*até*: 1 ocorr.).

⁷ A *Gramática* de Oliveira é indissociável da sua actividade de preceptor, como é claramente dito na “Dedicatória”, actividade esta que o processo inquisitorial confirma, designadamente em relação aos filhos de João de Barros (H. Lopes de Mendonça, 1898, pp. 111,112,120), o primeiro português cuja *Gramática* se insere num projecto pedagógico global, cuja dominante é a defesa da necessidade de que o ensino do português preceda o ensino do latim; o objectivo claramente assumido das *Regras* de Gândavo é o ensino; a *Ortografia* de Leão não se dirige a um público jovem, mas a “homens” que “na policia, & arte das palavras mostram ser superiores” (5- 13), com o que deve harmonizar-se a maneira como escrevem.

A interpretação dos números conduziria à conclusão de que a mudança se encontra provavelmente consumada na segunda metade do século (provavelmente, porque a palavra não está documentada na amostra de Gândavo); quanto à primeira sincronia, Oliveira prefigura o rumo da mudança, mas ocorre ainda a forma que será eliminada, enquanto em Barros a forma quase constante é a forma que virá a desaparecer, embora ocorra excepcionalmente a forma que virá a impor-se.

Um índice é feito para ser consultado com segurança, de tal forma que a informação que ele faculta seja suficiente para o levantamento de hipóteses consistentes, para a comprovação de hipóteses relativas a fenómenos precisos e para a construção do panorama linguístico amplo de um período. As idas aos textos, quebrando a visão de síntese, devem manter-se fortemente excepcionais. A quantificação não pode ser falseante. Assim, as afirmações que fiz anteriormente sobre *té* ~ *até* têm de ser substituídas por esta: não está documentada variação interna aos idiolectos dos dois primeiros gramáticos, e pode dizer-se simplesmente: Barros usa *té*, Oliveira *até*.

De facto, a única ocorrência de *até* em Barros é um exemplo de um tipo particular de “barbarismo”, fenómeno definido pelo próprio Barros como “vicio que se comete na escritura de cada h~ua das partes, ou na pronunciaçã” (GR 34r 10-11), como é o caso da “Prosthesis, que [...] quer dizer, acreçentamento: cometese este vicio quando se acrecenta alg~ua letera ou syllaba ao principio de qualquer diçã: como, quando dizemos, *a té qui* por *té qui*, acrecentando a letera, *a*. ” (GR 34v 2- 5). Por isso ela foi assinalada no *Índice*, com a abreviatura de “barbarismo”, que elimina a possibilidade de erro de interpretação.

Quanto a Oliveira, o texto elucida-nos claramente sobre a diversidade de usos, a preferência do Autor e até sobre a sua atitude descritiva: “como de caminho quero dizer deste averbio *até* [...] : algh~us o pronunciaõ cõforme ao costume da nossa lingua que he amiga d’abri” la boca: & danlhe aquella letra .a. que digo no começo: mas outros lhe tirão esse *a* e não dizem *até*: mas dizem *té*, não mais, começãdo em .t. Antre os quaes eu contarey três não de pouco respeito na nossa lingua: antes se há de fazer muyta conta do costume de seu falar & são estes. Garcia de resende em cujas obras o eu li no Cancioneyro portugues que elle ajuntou & ajudou. E Joam de Barros ao qual eu vi afirmar que isto lhe parecia bem: e a mestre Baltasar⁸ com o qual falãdo lhe ouvi assi

⁸ Cuja opinião Oliveira muito preza, como tinha dito antes, a propósito da variação *convém a saber ~ como vem a saber*: “Como neste vocabulo convem a saber. Ao qual podemos dividir & dizer. Como vem a saber. Porque assi o ouvi pronunciar poucos dias há no pulpito ao muyto reverendo padre mestre Baltasar da ordem do Carmo: cuja lingua eu não tenho em pouco antr”os portugueses” (GR 31 15-20).

pronunciar este averbio que digo sem *a*, no começo & com tudo a mi me parece o contrayro: & ao contrairo o uso dandolhe .*a* . no começo: assi como damos a muitas dições segundo fica dito.” (OGR 47 10-17).

No passo anterior, todas as ocorrências de *até* foram assinaladas como metalinguísticas autonímicas (MT5). Foi esta a única anotação usada para *té*, porque Oliveira não a considera propriamente rara, nem chega a condená-la, nem a preconizá-la. Mas é fora de dúvida que a sua preferência vai para *até* que, como tinha dito no contexto anterior à citação, no plano lexical, se integra no “costume bem ameadado antre nos” (47 5-6) de iniciar palavras por um *a*- de significado impreciso⁹ e, no plano fonético, se harmoniza com a preferência por articulações abertas, que interpreto como uma referência à densidade, no português quinhentista, de vogais claramente audíveis, (ainda que este *a*- seja uma vogal átona fechada, como o fonema inicial de *Alemanha*, um dos exemplos de “a pequeno” que ele próprio dá (OGR 12 24)). Assim, não obstante as três autoridades que cita, a sua opinião é outra, apresentada a título pessoal, o que lhe retira carácter peremptório: “& com tudo a mi me parece o contrayro”¹⁰.

A segunda das situações em que a retenção dos juízos dos gramáticos é indispensável para a interpretação adequada da quantificação envolve o tempo e a mudança linguística que ao longo dele se processa: formas correntes na primeira sincronia e aí integradas no estrato de base que considerámos constituir a *norma latente*, são rejeitadas por Duarte Nunes de Leão e substituídas por outras, hoje incluídas no português padrão, por exemplo, entre muitas outras, *acupar* e *rezão*, que são “emendadas” para *occupar* e *razão* (LRT 69v e sgs).

A inclusão da primeira série de variantes no *Índice* significaria que elas fazem ainda parte do idiolecto de Leão, quando se trata exactamente do contrário. A informação, de importância primordial para a identificação da mudança perder-se-ia, se os juízos que acompanham as formas não fossem retidos; mas mais do que isso, o esquema de avaliação em que as formas se integram confere-lhes um lugar próprio na história da constituição da norma, como veremos na segunda parte desta comunicação.¹¹

⁹ Surgem assim numerosas variantes iniciadas por *a*- inicial instável; restringindo o exame às primeiras 26 páginas do *Índice de Vocábulos*, aí estão atestadas: *abastar* ~ *bastar*, *abastecer* ~ *bastecer*, *abreviatura* ~ *breviatura*, *acostumado* ~ *costumado*, *acostumar* ~ *costumar*, *afrautar* ~ *frautar*.

¹⁰ O excerto pode servir de exemplo da atribuição da abreviatura de “preferível”, a que nos referiremos aquando da codificação dos juízos explícitos, e que afecta uma das ocorrências (47 15), a mais próxima de um dos contextos em que este ponto de vista se manifesta.

¹¹ Ver págs 292-293.

Finalmente, e ainda relativamente ao tempo, o registo dos juízos explícitos é indispensável para identificar sobrevivências e determinar os condicionalismos que as favorecem; há variantes cujo uso entra em contradição com o que é preconizado, mas que não chegou a eliminar completamente formas consolidadas pelos hábitos individuais: Leão condena *rezão*, forma corrente na primeira sincronia, única usada por Oliveira, e ainda hoje frequente na linguagem popular, pelo menos de Entre Douro e Minho, e que na linguagem culta primeiro, na linguagem corrente depois, acabou por ser substituída pela forma relatinizada *razão*; mas, apesar da condenação explícita, a variante rejeitada não deixa de imiscuir-se no seu discurso, o que é sem dúvida facilitado por a forma figurar numa expressão fixa: sobre as letras que “se dobrão nas dições per natureza das palavras” (38v 6-7) afirma Leão que “não se pode dar *rezão*” (38v 14).

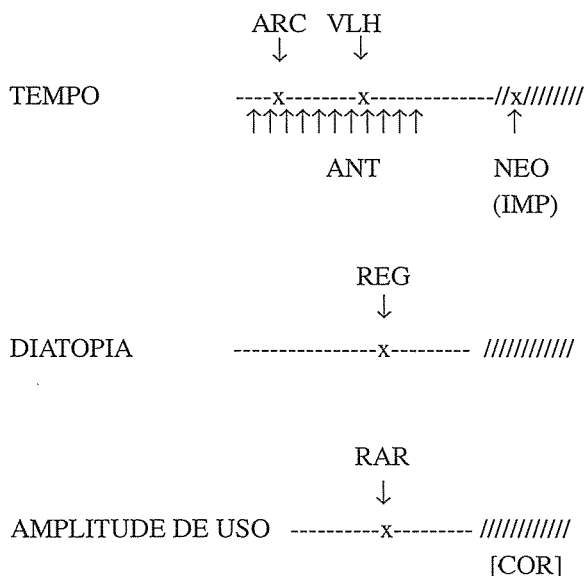
Em casos deste tipo, o computador, contando bem (que é uma das coisas que ele melhor faz, como o seu nome indica), produziria números falseantes.

A segunda ordem de razões não é já a necessidade, mas a utilidade das notações: elas diminuem a opacidade da estatística nua, traçam vias de acesso ao conhecimento na grande massa de informação que um *Índice de Vocábulos* constitui e, embora não sejam o único nem talvez o mais importante meio de informação, através delas atingem-se, esclarecem-se ou matizam-se questões nucleares, em que específico: a atitude face à língua, em conexão com o que é, para o gramático, uma língua; a relação entre as formas sobre as quais emite juízos e fenómenos gerais, tendências ou factos da língua; a concepção da variação como universal ou como desviante relativamente a uma variedade linguística tida por melhor; o conceito de evolução enquanto facto permanente e inelutável ou como corrupção. E não é raro que haja incongruência entre a integração numa escala de valores das formas sobre as quais se ajuíza e afirmações gerais que frequentemente são lugares comuns na época, ou heranças que vêm de longe, como quando Barros, no *Diálogo em Louvor da Língua Portuguesa* (é o Filho que fala), citando Cícero, afirma que “Nas palavras não á cousa tam áspera que o uso nam faça brãdo e suave” (BDL, 56v 24 –57r 1), afirmação esta que encontra eco em Leão, para quem também “o uso tudo vem amollentar” (LRT 52v 9). Não se interrogam, nem um nem outro, sobre usos que, desembocando no presente, constituem o prolongamento e a conservação do passado, ou seja, casos em que o padrão é conservador, e usos recentes em fase de expansão, como acontece com formas recentemente importadas do latim ou a que foi restituída a forma mais próxima do latim: não é efectivamente o uso que as legitima, mas o tipo de locutores-escreventes que as usam.

Uma última razão tem de ser invocada relativamente à necessidade ou utilidade da notação dos juízos explícitos: no que se refere à crítica do testemunho, as formas por eles afectadas distinguem-se daquelas que constituem o que designei de primeiro estrato do discurso gramatical, cuja informação é sempre verdadeira; agora, a informação é verdadeira na sua relação com o agente da caracterização, mas o valor de verdade relativamente ao objecto em que incidem pode ser maior ou menor, devendo ser sempre sujeito a caução; quando é sobre o eixo de legitimidade que se situam os juízos, a opinião expressa é da responsabilidade de quem a exprime, podendo à partida ser mais ou menos generalizada; nestes casos, ela informa também sobre as concepções do autor e sobre o seu papel na constituição da norma.

Reconhecida a necessidade ou a vantagem de reter os juízos explícitos, foi estudada a possibilidade de os codificar com a objectividade indispensável; sempre que o texto não era suficientemente claro, foi omitida a notação do juízo, mas como estas ocorrências são sempre metalinguísticas autonómicas, usou-se a convenção MT5, que as distingue, enquanto formas-objecto da comunicação, das formas-instrumento.

Os juízos em conexão mais directa com o problema da norma foram seleccionados; as relações que entre eles se estabelecem configuram eixos, que no seu conjunto estruturam o que designo de norma patente de grau 2; esse conjunto é representado na figura seguinte:



A inexplicitude deste ponto de referência é total no eixo da diatopia: não são nunca referidos nos textos um ponto ou uma área geográfica de que emane um uso tido por melhor, nem é seleccionada uma forma que o ilustre, mas são apontadas formas marcadas pela sua especificidade desviante; só Entre Douro e Minho e a Beira são detectados como regiões identificadas por traços individualizantes. Em 41% dos casos, a notação combina-se com *próprio de velhos* e em 17,6% com *antigo*, ou seja, num total de 58, 8 % dos casos, o gramático tem a consciência de que inovações surgidas num ou em vários núcleos de irradiação linguística não atingiram essas zonas.

No que se refere ao tempo, o ponto de referência, implícito, é o presente do locutor-enunciador: as formas próprias do presente são aquelas que são tão comuns que não se dá por elas, aplicando-se-lhes aquilo que Oliveira afirma das “dições usadas”: elas são “próprias do nosso tempo [...] e quem não usa delas é desentoadado, fora do tom e musica dos nossos homens dagora” (GR 52 9-11); é em relação à língua que reconhece como sua e dos seus contemporâneos que certos usos são especificados como recentes: o gramático só o reconhece relativamente a elementos do léxico: em 72,7% dos casos, estes neologismos são simultaneamente declarados como *importações*, quer se trate de importações ao latim - “muitos [vocabulos] novamente usurpados dos Latinos, como “*splendido, arrogante, comodo, accomodar, deliberar* [...] que hora não ha trinta annos se não usavão” (LRI 26 1-5) - quer se trate de importações a línguas exóticas: “E agóra da conquista de Asia, tomamos, *chatinár*, por mercadejár, *Beniága* por mercadoria, *Lascarim* por hómem de guerra” (BDL 56r 24-56v 2).

Por isso foi colocada entre parênteses a abreviatura de “importado”: só o factual justifica que essa notação seja integrada no eixo do tempo; em matéria de historiografia da linguística, não é contudo irrelevante a mais fácil percepção de inovações no plano do léxico; por outro lado, é de notar o carácter não purista e não conservador da norma patente neste tipo de juízos, visto que nem a importação de termos de línguas exóticas nem o neologismo são associados a juízos de não aceitabilidade.

Os usos que deixaram de ser actuais são situados ora num espaço de malha larga, quando o período de vigência não é especificado (ANT) ora de malha estreita, quando são situados no passado remoto (ARC) ou no passado recente, no sentido de estarem ausentes dos idiolectos de um grupo social de referência, indeterminado, mas poderem ainda ser ouvidos na boca de velhos (VLH).

A amplitude de uso é o aspecto que menos interessa os gramáticos: são escassas as notações de que uma forma é rara (“*mi*, algh~us o acabão co esta letra til, assi: m~i” – OGR 71 6-7), mas é evidente o interesse da informação relativamente à variação e a evoluções em curso. O ponto central do eixo é ocupado pelo juízo de que uma forma é *corrente*, que figura no esquema entre parênteses rectos, porque foi retido uma única vez e só a referência, no contexto imediato, a um uso inovador considerado preferível, explica a utilidade dessa informação: é apesar de se tratar de uma forma de uso generalizado que Oliveira defende uma outra forma: “Ao .x. nós lhe chamamos cis, [COR] mas eu lhe chamaria antes *xi*,¹² porque assi o pronunciamos na escritura” (OGR 18 12-13).

Os eixos seguintes divergem dos anteriores pela bipolaridade e pela explicitude, parcial ou plena.

No eixo de aceitabilidade, o pólo negativo é preenchido pelos usos rejeitados e o pólo positivo pelos usos preconizados, ambos representados no passo seguinte em que, falando do plural dos nomes terminados em <l>, Oliveira, depois de apresentar a regra geral, alude a excepções: “sol fará soles & não soys, e rol, roles e não rois, por diferença das segundas pessoas destes verbos , *soyo*, *soes*, por acostumar, e *royo*, *roes*, por *roer*. (GR 69 13-15): soys e rois receberam a notação de *rejeitado*, soles e roles, a de *preconizado*.¹³

¹² A forma *xi* foi anotada como “preferível”, juízo caracterizado mais adiante.

¹³ Os plurais de *sol* ilustram uma vez mais a importância da crítica do testemunho dos gramáticos, e a necessidade de a facultar pela notação dos juízos emitidos; como observou, quando da versão oral desta comunicação, a minha colega Ana Paula Quintela, a forma de plural que se encontra n’*Os Lusíadas* é *sóis*. Acrescente-se que as formas de plural apresentadas por Oliveira são provavelmente apenas virtuais e que a única vez que o plural ocorre n’ *Os Lusíadas* tem o significado de ‘dias’ (Cf. Verdelho 1981, s.v.); mas interessa à história das concepções linguísticas o critério de profilaxia verbal assumido pelo gramático, ou seja a utilidade de evitar a homonímia.

Os juízos mitigados *críticoável* e *preferível* correspondem à expressão atenuada da opinião do gramático, que a apresenta a título marcadamente pessoal, a introduz por *parecer*, usa o condicional ou adopta outros processos de modalização.

Assim, em Oliveira: “antre nós eu não vejo alg~ua vogal aspirada se não é nestas interjeições *uha* e *aha* e nestoutras de riso ha ha he, ainda que não me *parece* este bom riso português posto que o assi escreva Gil Vicente nos seus autos” (19 21-24). A ocorrência ha ha he pode ser identificada como forma *críticoável*.

Sobre a primeira pessoa do indicativo de *ser*, Oliveira, após referir que uns pronúnciao *som*, outros, *sou*, outros, *são* acrescenta: “& também outros que eu mais favoreço em .o. pequeno como so” (71 25-28): esta ocorrência de so foi anotada com a abreviatura de *preferível*¹⁴.

Os únicos casos em que a notação *aceitável* foi aplicada dizem respeito à grafia e ocorrem neste passo, em que, tendo acabado de preconizar a grafia <ão> para a representação do ditongo, Leão acrescenta: “Polo que per .am. me não atreveria screver outras palavras, senão aquelas, tam, & quam, que dos Latinos nos ficaram inteiras, & aquelas, syncopadas, gram, por grande, quando se segue consoante, & sam, por sancto: por as quaes alg~us screvem , grand, & sanct (LRT 28v 23 – 29r 1).¹⁵

A raridade com que é formulado o juízo de *aceitável* decorre de só em circunstâncias extremamente raras esse juízo ser pertinente, como no caso anteriormente referido de *corrente* em que, por oposição a uma afirmação geral, se consideram casos que constituem excepção.

Relativamente ao núcleo central, a situação é à primeira vista equivalente à dos eixos anteriores, em que o sombreado simboliza a inexplicitude verbal ou a latência do conceito relativamente ao qual são formulados os diversos juízos; a diferença consiste em que o ponto de referência não se define apenas negativamente como o não nomeado: a consciência da existência de dois tipos de práticas linguísticas é engendrada por juízos antagónicos que reciprocamente se pressupõem, como os antónimos ‘inferior’ e ‘superior’. Mesmo quando apenas uma forma é seleccionada, quer de um fundo em que não se discriminam formas concorrentes (caso anteriormente citado de *ha ha he* – OGR 19 23), quer de um

¹⁴ Ver também as Notas 10 e 12.

¹⁵ O passo serve igualmente para exemplificar o uso da notação de *raro*, que marca as formas grand e sanct.

conjunto de variantes (idem, *so* – OGR 71 28), os juízos de aceitabilidade, ainda que mitigados, mesmo em casos como este, são implicitamente bipolares. São-no explicitamente, quando o esquema inclui a forma rejeitada e a forma preconizada, como no exemplo também já citado “*soles* e não *soys*” (OGR 69 13). Embora neste caso a norma apontada por Oliveira não se tenha consolidado, tem de reconhecer-se que, presumivelmente, dos dois esquemas, é este o mais fortemente actuante : a rejeição de usos é reforçada porque lhe são opostos usos preconizados, do mesmo modo que a valorização de usos é acentuada pela condenação de usos concorrentes.

Dado que a bipolaridade é específica, ou seja, que se concretiza relativamente a determinadas formas, certos signos linguísticos adquirem tendencialmente, além do significante e do significado, algo que está para essa unidade dual como um terceiro componente, e que os torna não neutros enquanto meios de cuja selecção e combinação se fazem os comportamentos linguísticos enquanto processos geradores de maior ou menor valia.

A importância que esta dimensão adquire no discurso gramatical quinhentista traduz-se antes de mais pela densidade dos juízos de valor deste tipo, e pela necessidade experimentada mais por uns autores que por outros e em certas circunstâncias, de neles eliminar o tom peremptório, quer no pólo positivo, quer no pólo negativo.

Os critérios de validação ou de rejeição expressos tornam o núcleo central do eixo parcialmente explícito: foi esta diferença que quisemos simbolizar quando, no esquema que temos vindo a comentar, substituímos o sombreado por uma linha quebrada.

Nem sempre, no contexto próximo da forma avaliada, é indicado o porquê do juízo expresso e também nem sempre a razão referida é perfeitamente clara; contudo, um número elevado de juízos é fundamentado ao mesmo tempo que é expresso. Para a caracterização da perspectiva, não é indiferente que seja indicado ou não o motivo por que uma forma é julgada aceitável: a distância entre impor e persuadir depende primeiro da existência de fundamentação, em seguida do teor do argumento.

A análise sistemática da fundamentação destes juízos permite determinar o peso variável que têm na argumentação conceitos que fazem parte da herança linguística greco-latina, a observação da língua ou a posição pessoal face à questão candente da relação com o latim.

O último eixo – diastatia / diafasia – é delineado exclusivamente por juízos formulados por Duarte Nunes de Leão, em duas listas: “Reformação de alg~uas palavras que a gente vulgar usa e escreve mal” (LRT 69v – 71v), cujo início é

reproduzido no Anexo 4, e “De alg~us vocabulos que usão os plebeios, ou idiotas que os homens polidos não devem usar” (LRI 115 5 – 117 3). Estas listas, das quais algumas páginas foram seleccionadas pelos processos usados para a constituição da amostra aleatória, foram integradas no *corpus* na sua totalidade, pela informação específica que contêm sobre áreas cruciais da investigação; elas constituem assim duas das três excepções assumidas, relativamente ao critério de amostragem adoptado para a segunda sincronia¹⁶. Esta é uma das razões que nos veda a exploração estatística destes juízos.

Com a ausência constante de referência à dimensão diastrática de usos contrasta agora a informação expressa nos títulos de que há variantes tipificadas como próprias de camadas sociais identificadas como sendo “a gente vulgar”, na primeira lista, “os plebeios, ou idiotas” na segunda. No primeiro caso, “vulgar” não tem obviamente o sentido de ‘corrente’, ‘comum à generalidade’, conteúdo a que se associa um valor evocativo nulo (que se relaciona de resto com a raridade constatada das notações de *corrente* e de *aceitável*) e que, no plano da avaliação, tornaria as formas neutras; os usos a que se alude não são portanto os usos indiscriminados e indiscrimináveis que a primeira acepção de “vulgar” implica, mas exactamente o contrário: “vulgar” é o termo que permite reconhecer o âmbito social de usos triplamente depreciados: pelo advérbio “mal”, pelo conteúdo de “vulgar” que neste contexto se define por oposição a uma elite e finalmente porque, embora essa elite não seja explicitada neste título, é dela que emanam os usos preconizados.

No segundo título, a conjunção “ou” estabelece, entre os conceitos expressos pelos substantivos “plebeios” e “idiotas”, um nexos, se não de equivalência, pelo menos de proximidade: “idiota” mantém o sentido de ‘ignorante’ até ao séc. XVIII¹⁷, acepção esta proveniente do sentido originário da palavra no grego e depois em latim, de ‘pessoa sem ofício público, homem comum’, ‘leigo, amador, não profissional’. O título associa, pela primeira vez, no pólo negativo, as camadas sociais mais baixas e a incultura, e declara o uso destas “palavras” incompatível com o estatuto sócio-cultural de “homens polidos”: a exclusão de

¹⁶ A terceira excepção é também uma lista “De alg~us vocabulos antigos Portugueses que se achão em scripturas, & sua interpretação” (LRI 110 22 – 115 3).

¹⁷ Em abono da informação, Machado, 1990, cita Francisco José Freire, *Reflexões*: “no fallar não se deve seguir o uso do povo *idiota*, inimigo declarado das linguas mais cultas, mas só o daquelles que à força de observação e estudo fallarão sempre com escrupulosa propriedade e pureza” (1, 10). Os conteúdos actuais que envolvem o traço de “falta de inteligência ou de bom senso” (Cf. Academia, 2001), são relativamente recentes: Bluteau e Morais Silva, 1789, registam ainda apenas os conteúdos de “ignorante, sem estudos, letras nem instrução ainda leve, e ordinária”.

determinadas variantes e a adopção de outras é condição de integração numa esfera de prestígio. É novo o reconhecimento do valor simbólico do uso da língua e a definição do grupo de referência por uma dupla caracterização: no plano social, negativamente, esse grupo extrema-se relativamente à “gente vulgar”, aos “plebeus”; no plano da gradação dos saberes, no pólo oposto ao ocupado pelos “idiotas”, posicionam-se esses outros a quem só na segunda sincronia é atribuído o epíteto de “polidos”¹⁸, facto revelador de uma nova mentalidade que valoriza o que na época se designa de “discrção” ou de “polícia” nos comportamentos sociais, em que se inclui também a língua¹⁹.

É essa contenção própria do comportamento “polido” uma das razões que interdizem o uso de formas que implicam que o emissor assuma uma atitude de certa desenvoltura. Por isso, na segunda lista, além de palavras que muito provavelmente pertencem à linguagem popular, como “*adergar* por acertar” ou “*agastura* por agastamento”, há outras, que são a maioria, em que há características lúdicas como “*pouchana* por choupana” “*elegante* por solteiro ou livre” ou simplesmente traços expressivos como a metáfora “*enfunarse* por ser arrogante” ou o disphemismo “*focinho* por rosto”, que já então deveriam incluir-se em registos informais, como são hoje o calão ou a chamada linguagem familiar.

Uma outra razão, pelo menos, deve ser tida em conta: o facto, muito claro no fim do século, de um registo formal se ter tornado o molde obrigatório do discurso culto, privativo das camadas sociais mais altas, o que propicia a identificação entre a variedade diastrática do topo da pirâmide social e a variedade diafásica de âmbito mais restrito. Daí a dificuldade, que ainda hoje prevalece, de distinguir diastratia e diafasia, agravada neste caso pela falta de finura e de capacidade de observação que caracterizam Duarte Nunes de Leão.

Por isso é necessário ter em conta as concepções do gramático para descodificar as abreviaturas de identificação destes juízos, motivo por que, como se diz na legenda do Anexo 3, as designações colocadas entre comas dobradas têm o conteúdo que lhes atribui o enunciador.

Em síntese, a inovação que se traduz pelos traços que acabam de ser referidos, consiste no trânsito da inexistência à existência; passam a estar

¹⁸ O lema *polido* apresenta 6 ocorrências no *corpus*: 1 em Gândavo (“gente *polida*”), 5 em Leão (“homens *polidos*”: 3 oc.; “fallar mais *polido*”: 1 oc.; “a [poesia] *polidissima* destes [tempos modernos]”: 1 oc.)

¹⁹ Sobre a expansão do conceito em Portugal, a partir de *Il Libro del Cortegiano*, de Castiglione (Veneza, 1528) em conexão com factores sócio-históricos, veja-se a “Introdução” de José Adriano de Carvalho à sua edição (1991) de Francisco Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia* (1619), que concretiza em diversos planos esse ideal social.

presentes: a referência diastrática, a referência diafásica, a explicitude negativa por oposição a “gente vulgar” e a “plebeios ou idiotas” e, na segunda lista, a explicitude afirmativa por referência a “homens polidos”.

É de tipo gradativo a inovação que atinge a fundamentação intralinguística da legitimidade: sendo em geral rara no contexto imediato, ela passa a estar totalmente ausente, visto que o único critério de valor é um determinado uso, sem outra razão que não seja a esfera social que o torna legítimo e incontroverso; relativamente à diferença entre impôr e persuadir, a que me referi anteriormente²⁰, pode afirmar-se que a norma se tornou maximamente impositiva.

É também de tipo gradativo a diferença que afecta a bipolaridade, que passa a ser plena, o que reforça a dimensão performativa, como tivemos ocasião de observar a propósito do eixo de aceitabilidade²¹: tratando-se de listas, a norma torna-se duplamente patente: cada variante integra-se num esquema de leitura vertical, conforme está na coluna das “Erradas” ou das “Emendadas”; mas também num esquema de leitura horizontal, visto que a cada forma rejeitada é contraposta uma forma preconizada; alargando a exemplificação apresentada a propósito da necessidade de reter os juízos explícitos²², a disposição gráfica funciona como uma dupla injunção, do tipo, *Não diga : acupar, antre, avoar, calidade, cantidade, estormento, prove, pruvicar. Diga antes : ocupar, entre, voar, qualidade, quantidade, instrumento, pobre, publicar.*

Simultaneamente a este esquema bidimensional, da ordem do performativo explícito, estabelece-se uma rede de associações entre as unidades constitutivas de cada um dos inventários, apresentados como estanques e antagónicos: assim, colhendo outras ocorrências da mesma lista, *acupar*, por exemplo, integra-se num conjunto a que pertencem também, entre outros, *antre, avoar, calidade*, enquanto, com total simetria, *ocupar* é congruente com *entre, voar, qualidade*. Não havendo, como dissemos, qualquer espécie de fundamentação intralinguística, mesmo o locutor comum não deixaria de depreender ou intuir tendências gerais: *avoar* está para *voar*, como, na mesma lista, *agabar* para *gabar, alanterna* para *lanterna*; do mesmo modo que *calidade* diverge de *qualidade*, como *cantidade* diverge de *quantidade*; algo de comum liga *estormento, prove, pruvicar* e esse nexos é exactamente oposto ao que liga entre si *instrumento, pobre, publicar*; essa homogeneidade interna a cada inventário é um factor de

²⁰ Ver pág. 289.

²¹ Ver págs. 288-289.

²² Ver pág. 283.

identificação do conjunto, e são atributos referentes à diversificação social aqueles que Duarte Nunes de Leão seleccionou.

Não é ocasional que o eixo diastrático-diafásico se defina posteriormente aos restantes; neste aspecto, como em muitos outros, o percurso delineado ao longo desta comunicação confirma a validade das concepções labovianas a que me referi no início²³. Destacarei, como conceitos-chave, correspondentes a fases sucessivas: a tomada de consciência da variação; a aquisição de “significado social” por associação entre as variantes e os grupos sociais no interior dos quais estas são usadas; as consequências dessa associação nos juízos de avaliação subjectiva, questão nuclear no problema da mudança, porque nesse ponto se traçam os destinos das variantes concorrentes; a assunção das marcas linguísticas de um grupo de prestígio, como forma de integração simbólica nesse grupo.²⁴

A identidade entre este esquema de progressão e as informações patenteadas por Leão na primeira lista corrobora a credibilidade destas, no plano geral²⁵; tendo em conta que as formas rejeitadas são, em grande parte, formas exclusivas ou correntes na primeira sincronia, podem considerar-se pontos assentes os seguintes: primeiro, formas correntes ou dominantes na primeira sincronia tornaram-se variantes; segundo, as variantes adquiriram valor social, passando a ser concorrentes; terceiro, a conotação negativa das primeiras e a conotação positiva das segundas é estável, ou seja, a norma patente configurada por estes juízos é confirmada pela norma latente: as formas condenadas estão ausentes das amostras de Gândavo e de Leão²⁶, enquanto as variantes preconizadas são as que fazem parte dos idiolectos dos autores da segunda sincronia; quarto, em relação ao futuro, e visando o português padrão actual, as variantes condenadas, se não desapareceram, subsistem apenas na linguagem popular ou popular e regional, enquanto as variantes preconizadas se inseriram no português padrão, com excepções de pormenor que, ou são imputáveis ao ponto de vista de Leão, o que concretiza as restrições que formulámos ao valor de verdade deste tipo de

²³ Ver pág. 276.

²⁴ Estes conceitos impregnam *Sociolinguistic Patterns* (1972), e são reafirmados em *Principles of Linguistic Change*, vol II, *Social Factors*, 2001; a síntese mais curta é talvez a que se encontra na primeira obra, no sub-capítulo “The Mechanism of Sound Change”, pp. 178-182 (cito pela 10ªed., de 1984).

²⁵ A informação veiculada pela segunda lista não contradiz as observações que se seguem mas, sendo muito menos clara, insere-se dificilmente num panorama final de síntese.

²⁶ Na série de exemplos analisada há uma única excepção, *rezão*, que ocorre em Leão e que deve ser vista como uma sobrevivência (Cf. p. 283).

informações²⁷, ou merecem a indagação atenta de factores intralinguísticos de resistência à forma preconizada.

A clivagem decisiva consolida-se no período que medeia entre a publicação da *Gramática* de Barros (1540) e a publicação das *Regras* de Gândavo (1574). Essa clivagem tem como vector principal a relatinização que alastra nos meios cultos e constitui o mais importante factor de distanciamento entre variedades diastráticas e diafásicas. A lenta estabilização dessa dinâmica e a amplitude dos seus resultados são favorecidas pela forte tendência para a normalização que se traduz antes de mais pela diminuição das latitudes de variação ao nível da norma latente em Gândavo e Leão, mas deve ser vista como uma coordenada de época, que atinge provavelmente domínios culturais amplos e se manifesta designadamente na tipografia e na delimitação do vocábulo gráfico²⁸; a normalização é servida pela normatividade crescente do discurso gramatical, sendo que, aos limites cronológicos do *corpus* correspondem os extremos de normatividade: mínima em Fernão de Oliveira, para quem a variação é o resultado do reflexo do meio e a mudança se integra no movimento perpétuo que tudo atinge²⁹, máxima em Leão que, em sintonia com a sua actividade de jurista e polarizando os usos, elabora o código de legitimidade linguística que constitui a dimensão verbal de comportamentos que configuram o ideal social do “homem polido”: dominá-lo é um sinal de pertença, uma forma de reconhecimento entre iguais e um meio de auto-demarkação do “homem do vulgo”³⁰, mas também condição de integração no grupo social de prestígio: ser ou não ser *polido*, eis a questão.

²⁷ Ver pág. 284.

²⁸ Cf. Paiva, M. Helena, 2002: “Variação e evolução da palavra gráfica”, IV, *Conclusões*, pp. 2-21.

²⁹ Alguns dos aspectos que fazem a unidade do pensamento oliveiriano, tal como se manifesta na *Gramática*, são focados por E. Coseriu, 2000, sobretudo pp. 58-59. Possui contudo âmbito mais vasto a concepção de mudança perpétua por adaptação ao meio; ela faz parte da filosofia pessoal de Oliveira, e como tal é frequentemente expressa em algumas das suas obras náuticas, em observações de sabor pré-darwiniano: “h~uas mesmas árvores, se as mudaes daqui para aly se mudam e fazem outras” (*Arte da Guerra do Mar*, 20v), “polla deferença do sitio das terras, há também deferença de prantas, e das mesmas prantas em sy” (*Livro da Fábrica das Naos*, p. 159).

³⁰ Poucos passos reflectem tão claramente a atitude elitista de Leão como este: “Assi os que escrevem ou fallaõ se devem accomodar aos maiores & mais nobres, & aa sua maneira de fallar. Para o que se não deve ouvir h~ua secta de homens, que querem que o que se falla ou escreve seja per palavras costumadas & antigas, & que os homens do vulgo entendaõ sem innovar vocabulos, que he razão de homens de pouco discurso, & sem erudição.” (LRI 140 21 - 141 4).

Referências Bibliográficas

- Academia das Ciências de Lisboa, 2001, *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Lisboa.
- Austin, J. (1962), *Quand dire c'est faire*, Trad.: Paris, 1970.
- Bluteau, R. e Morais Silva, A., 1789, *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa.
- Campos, M. Henriqueta Costa, 1998, *Dever e Poder, Um subsistema modal do Português*, Lisboa.
- Carvalho, J. Adriano, 1991, "Introdução" a F. Rodrigues Lobo, *Corte na Aldeia (1619)*, Lisboa.
- Coseriu, E., 2000, "Um estudo introdutório", Fernão de Oliveira, *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)*, ed. de A. Torres e C. Assunção, Lisboa, 2000, pp. 3-60.
- Labov, William (1972), 1984, *Sociolinguistic Patterns*, 10ª ed., Filadélfia.
- Labov, William, 2001, *Principles of Linguistic Change*, vol. II, *Social Factors*, Malden/Oxford.
- Lopes de Mendonça, H., 1898, *O Padre Fernando Oliveira e a sua obra náutica*, Lisboa.
- Machado, J. P., 1990, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Lisboa.
- Martinet, André (1955), *Économie des Changements Phonétiques, Traité de Phonologie Diachronique*, Berne, 1970.
- Oliveira, Fernando – *A Arte da Guerra do Mar*, Lisboa, 1983. Reprodução facsimilada e edição diplomática de *Arte da Guerra do Mar*, Coimbra, 1555.
- Oliveira, Fernão d' – Ver Oliveira, Fernando.
- Oliveira, Fernão d', *Livro da Fabrica das Naos*, incluído em Lopes de Mendonça, 1898.
- Paiva, M. Helena P. N., 2002, *Os Gramáticos Portugueses Quinhentistas e a Fixação do Padrão Linguístico, Contribuição da Informática para o estudo das relações entre funcionamento, variação e mudança*. 4 vols. : I – *Objecto e Método*; II – *Pré-edições*; III – *Índice Geral de Vocábulos. Índices Alfabéticos de Formas de Outras Línguas*; IV – *Conclusões*. Dissertação de doutoramento, Porto.
- Rey-Debove, J., 1978, *Le Métalangage*, Paris.
- Verdelho, T., 1981, *Índice Reverso de "Os Lusíadas"*, Coimbra.

ANEXO 1

Primeira sincronia

1. Fernão d'Oliveira

Grammatica da lingoagem portuguesa ----- 1536 --- OGR --- 23 538 oc ---- 35,7 %

2. João de Barros

Texto contínuo da "Cartinha" ----- 1539 --- BCA

Grammatica da lingua portuguesa ----- 1540 --- BGR

"Diálogo em louvor da nossa linguagem" -- 1540 --- BDL

-- 24 549 oc. ----- 37,3%

Total da primeira sincronia ----- 48 087 oc.----- 73,1%

Segunda sincronia

3. Pêro de Magalhães de Gândavo

*Regras que ensinam a maneira de
escrever e Orthographia da lingua*

Portuguesa [...] ----- 1574 --- GRE

"Dialogo em defesa da lingua

Portuguesa" ----- 1574 --- GDL

--- 2 097 oc. ----- 3,1 %

4. Duarte Nunes de Leão

Orthographia da Lingoa Portuguesa ----- 1576 --- LRT --- 8 698 oc. ---- 13,5 %

5. Duarte Nunes de Leão

Origem da Lingoa Portuguesa ----- 1606 --- LRI --- 6 684 oc. ---- 10,1 %

Total da segunda sincronia ----- 17 679 oc. ----- 26,8%

Total do corpus ----- 65 766 oc.

* Incluímos, no esquema, as abreviaturas por que passam a ser referidas as diferentes obras.

ANEXO 2

MODOS DE OCORRÊNCIA METALINGUÍSTICA

- MT - forma que se situa na periferia dos critérios retidos
- MT0 - forma que decorre de perspectiva onomasiológica
- MT1 - forma que ocorre em sintagma ou frase ilustrativos
- MT2 - termo definido
- (MT2) - termo que constitui o suporte do definido: “**Nome** próprio é aquele que [...]”
- [MT2] - termo definido parcialmente: “**Taforea** navio”
- MT3 - termos definidores
- [MT3] - definidores parciais: “Taforea **navio**”
- MT4 - formas perspectivadas na sua relação fono-morfológica com outras directamente visadas: “diloemos por **diremos o**” (OGR 63 18-19)
- MT5 - formas autonómicas, objecto da descrição linguística: “Os que tem plurar e nam singular sam estes e outros semelhantes, **fávas, grãos, lintilhas**” (BGR 11r 4-5)
- MT6 - formas que ocorrem em paradigmas
- O uso de parênteses curvos em MT0, MT4, MT5 e MT6 indica que a unidade afectada é plurivocabular.

ANEXO 3

JUÍZOS EXPLÍCITOS *

- | | |
|---|-----------------------------|
| ACT - aceitável | NEO - neologismo |
| ANT - antigo | PCN - preconizado |
| ARC - arcaico | PFR - preferido, preferível |
| BAR - “barbarismo” | PLB - “plebeísmo” |
| COR - corrente | RAR - raro |
| CRT - criticável | REG - regionalismo |
| DEP - depreciativo | RJT - rejeitado |
| IMP - importado | SOL - “solecismo” |
| LTP - simultaneamente latim e português | VLG - “vulgarismo” |
| NAT - “nativo”, forma genuinamente portuguesa | VLH - próprio de velhos |
- * “...” - designação dos próprios AA.

ANEXO 4

REFORMAÇÃO DE algũas palauras que a gente vulgar vfa & fcreue mal.

ERRADAS	EMENDADAS.
A Ciprefte dignidade.	Arqiprefte.
Aciprefte amore.	Cyprefte.
Acolá.	Aquolá.
Acupar.	Ocupar.
Adaiço.	Deço ou Daiço.
Agabar.	Gabar.
Agardecer.	Agradecer.
Alanterna.	Lanterna.
Alcorcouado.	Corcouado.
Alicornio.	Vnicornio.
Alifante.	Elefante.
Almario.	Armario.
Almazona.	Amazona.
Aluijrar.	Arbitrar.
Aluijro.	Arbitro.
Atitre.	Entre.
Apoupar.	Poupar.
Altum de terra.	Halfim.
Aftrolomia.	Afttronomia.
Aualuar.	Aualiar.
Aualnação.	Aualiação.
Auangelho.	Euangelho.
Auoar.	Voar.
Auto, por catuéniente.	Apto.
B Aizo.	Bazo.
Barrer.	Varrer.
Biftonde.	Vizconde.

Bita-

ANEXO 5

	Total	Oliveira	Barros	Gândavo	Leão: Ort.	Leão: Orig.
pp	11 18 13	2 6 7	0 3 3	0 0 0	2 2 2	7 7 7
atê			LRTD.02.V.18	LNO.01.4.8	LNO.03.14.6	OGRO.03.6.22 LNO.24.134.18 OGRO.49.74.8
atc	2	2	0	0	0	OGRO.35.47.16
atc	1	1	0	0	0	OGRO.42.37V.18
te	2	0	2	0	0	OGRO.35.47.16
te	1	0	1	0	0	OGRO.42.39R.18
Conf. Mqz #1						
Let:						
agora av: 2. até agora av						
agui av: 2. até aqui av						
hora / ora: 22. té ora av						
1. até que c	1 2 2	0 0 0	0 1 1	0 0 0	0 0 0	1 1 1
até que						LNO.00.7.4 BDLO.0F.54V.18
té que						
agora av	79	46	15	4	11	3
2. até agora av	2	1	0	0	1	0
21. até gora av	1 2 2	1 1 1	0 0 0	0 0 0	1 1 1	0 0 0
até gora	1	0	0	0	1	0
até gora						OGRO.16.22.7 LRTD.00.27V.8
agui av	58	32	18	3	2	3
2. até qui av	9	2	6	0	1	0
21. até qui av	1 2 2	1 2 2	0 0 0	0 0 0	0 0 0	0 0 0
ATE qui						OGRO.39.55.10 OGRO.18.24.20
22. até qui av	1 2 2	0 0 0	1 1 1	0 0 0	1 1 1	0 0 0
a te qui	1	0	1	0	1	0
ate qui	1 5 5	0 0 0	5 5 5	0 0 0	0 0 0	0 0 0
23. té qui av						LRTD.00.3.27
té qui	1	0	1	0	0	0
te quí	1	0	1	0	0	0
Te quí	1	0	1	0	0	0
Té quí	1	0	1	0	0	0
TE quí	1	0	1	0	0	0
horra / ora	25	8	14	1	0	2
22. té ora av	1 2 2	0 0 0	1 2 2	0 0 0	0 0 0	0 0 0
te óra						BGRD.16.3V.3
té óra						BGRD.61.43R.3

ANEXO 6

			Total	Oliveira	Barros	Gândavo	Leão: Ort.	Leão: Orig.	
Peuma st			1 2	0 0	0 0	0 0	2 2	0 0	
Flégina	PCN		1	0	0	0	1	0	LITO.80.70V.23
flégina	PCN		1	0	0	0	1	0	LITO.80.70V.23
Conf. freina st									
flícena st	<fl>#g MTS		1 1	0 0	0 0	0 0	0 0	1 1	LITO.05.20.19
phlycatena									
flor st			7 7	1 4	1 1	0 0	2 2	0 0	OGRO.44.05.4
flor	MTS								LITO.80.70V.24
Flor	PCN		1 1	0 0	0 0	0 0	1 1	0 0	LITO.80.70V.24
Flor	VLG		1 1	0 0	0 0	0 0	1 1	0 0	BDLO.OP.54R.9
dal[flor]			1 3	1 3	1 0	0 0	0 0	0 0	OGRO.15.21.20
flores	MTS		1 1	1 1	0 0	0 0	0 0	0 0	OGRO.15.21.0
flor res	MTS		1 1	1 1	0 0	0 0	0 0	0 0	OGRO.15.21.0
flores	ANT MTS		1 1	1 1	0 0	0 0	0 0	0 0	OGRO.15.21.20
florcer vb			2 2	1 1	0 0	0 0	0 0	0 0	
florcer	vb f6		1 1	1 1	0 0	0 0	0 0	0 0	OGRO.04.7.10
florcer	vb f5		1 1	1 1	0 0	0 0	0 0	0 0	OGRO.05.8.32
[florcer vb]									
Ver florece vb									
florido aj			2 2	0 0	0 0	0 0	2 2	0 0	
Florido	PCN		1 1	0 0	0 0	0 0	1 1	0 0	LITO.80.70V.26
Florido	VLG		1 1	0 0	0 0	0 0	1 1	0 0	LITO.80.70V.26
fecinho st			1 1	0 0	0 0	0 0	0 0	1 1	LITO.15.110.14
Fecinho	MT2 PLB								
fecinhado aj			1 1	0 0	0 0	0 0	0 0	1 1	LITO.15.110.16
Fecinhado	MT2 PLB								
fogareiro st			2 2	0 0	0 0	0 0	2 2	0 0	
Fogareiro	PCN		1 1	0 0	0 0	0 0	1 1	0 0	LITO.80.70V.28
Fugareiro	VLG		1 1	0 0	0 0	0 0	1 1	0 0	LITO.80.70V.28
fogo st			3 6	2 2	1 2	0 0	1 1	1 1	OGRO.04.8.0
fogo	MT3		1 1	0 0	0 0	0 0	1 1	0 0	LITO.05.25.12
fogo	MT3		1 1	0 0	0 0	0 0	1 1	0 0	LITO.05.17.20.17
fogo	MT		1 1	0 0	1 1	0 0	0 0	0 0	OGRO.31.10V.11
fógos	MT2 MTS		1 2	0 0	1 2	0 0	0 0	0 0	OGRO.31.10V.10
fógos	MTS		1 1	0 0	1 1	0 0	0 0	0 0	OGRO.31.10V.9
fógos									BDLO.OP.51V.16